

TEMPOMEDICINAONLINE

Discussão pública expõe fragilidades da Carta Hospitalar de Pediatria Documento «desequilibrado»

A SPP diz que a Carta Hospitalar de Pediatria tem de ser vista mais como «proposta de trabalho» do que como «legislação orientadora». Os profissionais apontam a falta de recursos humanos e pedem esclarecimentos sobre a localização das subespecialidades nos serviços de Pediatria geral e especializados.

A Carta Hospitalar de Pediatria (CHP), documento da Comissão Nacional de Saúde da Criança e do Adolescente (CNSCA) de que o «Tempo Medicina» deu notícia a 14 de Abril, esteve em discussão pública até ao dia 31 de Maio e deu para perceber que não é um texto consensual.

A Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP) divulgou na sua página na internet, em www.spp.pt, a posição enviada ao Alto Comissariado da Saúde, onde diz que a CHP «possui algumas limitações» e, por essa razão, deve ser olhada mais como «uma proposta de trabalho» do que como «uma legislação orientadora».

Acrescenta ainda a SPP que o texto não faz «uma reflexão sobre o papel do pediatra nos cuidados de saúde», tendo em conta «as necessidades actuais da criança, do adolescente e das famílias». Uma discussão que é «forçosamente ideológica e política», mas que tem de ser feita «sem espantalhos corporativos, sem ameaças de grupos maioritários, sem o espectro de mitos que parecem persistir nos relatórios».

Já o rácio de pediatras previsto na CHP é calculado, na perspectiva da SPP, «apenas de acordo com uma visão demográfica conformista». Esta sociedade médica lembra que os pediatras hospitalares, nomeadamente os subespecialistas, têm inúmeras funções — assistência, investigação, formação, organização e gestão — e que, ao definir dois especialistas por unidade, o texto «parece atender apenas a um ponto de vista assistencial minimalista» e não toma em consideração «as exigências colocadas pela evolução técnica» e «a sobrevivência de crianças e jovens com patologias cada vez mais complexas».

No que respeita à distribuição territorial dos serviços de Pediatria, a SPP diz que estes devem existir «em função das necessidades das populações», tendo em conta «a interioridade e a distância dos grandes centros», além de que devem ser dotados de «recursos humanos, equipamentos e instalações».

No global, a SPP considera o documento «desequilibrado», pois desce, «em alguns casos, a uma orientação pormenorizada e em outros a uma generalidade perigosa». «Este desequilíbrio pode tornar-se perverso em mãos de gestores existencialistas face à depressão económica que se adivinha», lê-se ainda na posição da direcção da SPP.

«Pouco optimista»

As dúvidas da SPP em relação à CHP reflectem o testemunho que Horácio Paulino, director do Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, deu ao «TM».

O especialista considera que «tal como o documento está, será difícil [de implementar]», e explicou porquê com o exemplo do seu serviço. «Neste momento só temos oito médicos, em breve serão sete, e apenas dois têm menos de 55 anos», frisou, dizendo que, assim, será «praticamente impossível» cumprir a meta do documento relativamente ao número de pediatras com idade inferior àquela. Horácio Paulino diz que não consegue cativar pessoas para uma região periférica como o Algarve, longe dos grandes centros, a não ser que seja «imposto».

Aliás, o médico desabafa: «Não sei como dar a volta a isto. O documento tem intenções muito boas, mas não estou a ver que, a curto prazo, se consigam atingir as metas propostas.»

Quanto ao alargamento do atendimento dos serviços de Pediatria até aos 18 anos, o responsável deixa um alerta: «Os hospitais não estão dimensionados para isso, não têm instalações que cumpram os requisitos para o atendimento a adolescentes.» Estes são os motivos que levam Horácio Paulino a dizer que está «pouco optimista».

Também José Guimarães, director do Serviço de Pediatria do Hospital de S. Francisco Xavier, considera que «o documento tem de ser discutido e melhorado». O pediatra disse ao «TM» que o documento «contém uma proposta concreta de número de centros com subespecialidades em serviços de Pediatria especializados», mas que é «omissa quando às subespecialidades nos serviços de Pediatria geral».

Para José Guimarães, «as subespecialidades não podem ficar confinadas aos serviços de Pediatria especializados, tem de haver algumas nos serviços de Pediatria geral».

Quanto à questão sobre se há recursos humanos suficientes para a implementação da CHP, o médico foi lacónico: «Em geral, sim.»

Rita Vassal

...CAIXA...

Os passos seguintes

O Alto Comissariado da Saúde, cuja responsável máxima é também a presidente da CNSCA, Maria do Céu Machado, esclareceu ao «TM», através do seu gabinete de Imprensa, que os contributos da discussão pública serão analisados pela CNSCA durante este mês, numa reunião «para discutir as alterações a fazer ao documento».

Em Setembro irá decorrer uma reunião alargada, entre CNSCA, administrações regionais de Saúde, directores de serviços de Pediatria, Ministra da Saúde e secretários de Estado, «para se chegar a uma versão final do documento».

TEMPO MEDICINA 1.º CADERNO de 2008.06.09
0812951C04108RV23C